

Latinos começam a discutir soluções para a crise da dívida

por Getulio Bittencourt
de Cancún

Os ministros da Fazenda do Grupo dos Oito se reúnem hoje para analisar as propostas de seus técnicos, que alinhavaram ontem diversas propostas sobre a dívida externa, a dívida entre os países da América Latina e o papel das instituições de Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). "Os ministros vão examinar várias propostas novas", disse ontem a este jornal o secretário internacional do Ministério da Fazenda, diplomata Sérgio Amaral. A pauta que os ministros definirem será então levada aos presidentes do grupo dos Oito (Brasil, Argentina, Colômbia, Venezuela, Peru, México, Uruguai e Panamá) que se reúnem em Lima, no Peru, em outubro próximo.

Também ontem se reuniram os presidentes dos bancos centrais da América Latina, Caribe e Espanha no Hotel Camino Real, para discutir a taxa de juros em seus países. Foram saudados pelo presidente do Banco do México, Miguel Mancera Aguayo, que afirmou que o mau desempenho das economias da região não é resultado apenas da dívida externa ou da situação econômica internacional, mas também dos erros cometidos pelos governos da região.

O chefe do banco central do México acrescentou que a proposta de redução da dívida externa dos países em desenvolvimento contida no Plano Brady "precisa ser colocada em seu contexto". E "da experiência de meu próprio país, posso destacar tanto seus efeitos diretos como seu impacto indireto, principalmente nas taxas de juros internas, na repatriação de capitais e no estímulo ao investimento", informou.

Mas Mancera Aguayo disse também que "nenhuma proposta de alívio da dívida pode ser substituto para um manejo adequado da política econômica". Depois que o México anunciou seu acordo com os bancos comerciais em julho passado, a economia do país já registrou um crescimento de 1,5% em menos de dois meses.

BRASIL PEDE PRORROGAÇÃO

O presidente do Banco Central do Brasil, Wadico Bucchi, afirmou na entra-

da da reunião que o Brasil não está fazendo uma nova moratória. Apenas pediu aos bancos comerciais uma prorrogação de 90 dias no prazo para pedir o desembolso da terceira "tranche" de US\$ 600 milhões em dinheiro novo, previsto no acordo do ano passado.

(O Brasil não pagou ontem os juros vencidos da dívida no total de US\$ 1,6 bilhão)

Os bancos respondem ao país nesta quinta-feira em Nova York. O que acontece é que para desembolsar o dinheiro novo, os bancos exigem um acordo do país com o FMI, como consta do contrato. Depois do acordo, o Brasil tem de pedir a formalização do desembolso até 30 de setembro, ou os bancos comerciais estarão desobrigados de entrar com dinheiro novo. É uma prorrogação do prazo para a formalização do desembolso que o País pediu, e os bancos recebem as respostas dos 700 integrantes do acordo na quinta-feira.